

Organização do espaço amazônico: conflitos e contradições

Roberta Maria Guimarães da Silva

Universidade Federal do Pará

Resumo: Este artigo é uma abordagem com considerações sobre a região Amazônica que evidencia historicamente como foram traçados os limites e fronteiras na Amazônia. Para compreendê-lo destacando os dados e conflitos existentes neste território para consolidação das fronteiras do Estado que chamamos de Amazonas.

Palavras chaves: Amazônia; conflitos; limites; fronteiras

A História da Amazônia e do Estado do Amazonas se complementam ao longo da história do território brasileiro. No entanto as fronteiras e limites foram estabelecidos a partir de grandes conflitos e contradições. Essas marcam impressas no território ainda estão no campo das discussões quando falamos dessa grandiosa região denominada de Amazônica.

Quando os europeus iniciaram processo de colonização da Amazônia, a região não era um vazio demográfico, portanto, não estava desocupada, porém a ocupação não se dava na forma de aglomeração. A ocupação que ocorreu a partir do século XVII até meados do século XIX significou como sustenta Moreira Neto (s/data), uma maneira peculiar de colonização.

Fazendo uma reflexão do que é nos relatado por Tapajós (1895), "Estudo sobre o Amazonas Limites do Estado" e Gonçalves (2001), "Amazônia, Amazônias" podemos perceber que a primeira obra descreve sobre os limites do Estado do Amazonas, não percebemos a ocorrência de muitos conflitos e quem eram as populações que habitavam esse espaço. Já Gonçalves, nos revela as contradições e conflitos na organização do espaço Amazônico. E que esses conflitos se dão entre diferentes segmentos que às vezes estão ou não localizadas na região e tendo diferentes interesses.

Antes, porém, vamos significar a palavra limite, pois seu conceito é delimitado a partir do contexto o qual está inserido. O limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema para marcar o território, toda propriedade é marcada por limites visíveis ou não.

Na atual conjuntura ou mesmo no século XVI, território é sinônimo de poder aí porque da necessidade de marcar limites.

Considerando Tapajós, privilegia o estudo das fronteiras e limites do Estado do Amazonas, evidenciando a história de como será instaladas esses limites. O autor nos conta que após a Proclamação da Independência, o governo do Brasil não contemplou a Capitania de São José do Rio Negro como Província. Está voltando à categoria de Comarca da Província do Pará. Somente em setembro de 1850 é de novo elevada a categoria de Província do Amazonas.

O autor busca descrever as delimitações das fronteiras do Estado do Amazonas, usando como fonte cartas as quais não deixa claro de quem são os autores. Porém, podemos perceber durante a leitura que em 1782, chegaram a estas terras os comissionários portugueses que eram responsáveis pela demarcação de limites deixando-se evidenciar que o autor as usou como importante fonte para escrever seu trabalho.

Podemos acompanhar também as preocupações com relação às fronteiras do Estado do Amazonas por conta das tentativas de invasões do território por parte dos

Espanhóis, visto que estes também buscavam consolidar ocupação neste espaço. No que diz respeito às fronteiras entre as Capitanias houve poucos conflitos, pois a maioria dos governos nesta época estava interessada com o desenvolvimento interno das Capitanias como a construção de novas cidades, vilas, exploração do ambiente, agricultura e exploração de alguns rios.

Em o Estudo do Estado Amazonas, o autor procurou descrever de maneira exata os rios, as cachoeiras que delimitavam as fronteiras do Estado do Amazonas com a Venezuela, Bolívia, Guiana, Peru, Colômbia e os limites desse Estado com o Pará e Mato Grosso. Somente em 24 de fevereiro de 1891 por força da constituição que a Província do Amazonas é substituída pelo Estado do Amazonas.

Assim, quando estava traçado a grande linha de limites do atual Estado do Amazonas o autor relata que não houve contestação, estando ainda à mesma linha de acordo com que, nas cartas do Pará e do Mato Grosso; estes limites foram traçados por

autoridades como Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão geral e governo do Maranhão e Grão Pará.

“Perfeitamente assim traçada a grande linha de limites do atual Estado do Amazonas, por aquelas bandas, nunca sofreu ela a menor contestação seria, estando a mesma linha de perfeito acordo com que nas cartas do Pará e Mato Grosso, tendo sido traçado por autoridades de alta valia. Surgindo por parte do Mato Grosso algumas duvidas, embora sem fundamento na razão nem no direito, convém que busquemos esclarecer, o que faremos com a simples exposição de documentos dos direitos do Amazonas.”(TAPAJÓS 1895,p.09)

As reflexões de Gonçalves a cerca da ocupação do espaço da Amazônia é marcada por uma disputa territorial entre franceses, ingleses, holandeses, portugueses e espanhóis que deixaram suas marcas no território amazônico. De início Portugal viu a Amazônia como uma reserva de grande potencial no futuro. No entanto, haveria que se afirmar a soberania. Os fortes foram às primeiras marcas empreendidas pelos europeus na Amazônia. Assim, a Amazônia ao longo do tempo vem sofrendo transformações na sua organização. As missões religiosas empreendidas pelos portugueses vincularam a igreja católica a uma política de domínio territorial. Esses missionários eram autorizados pelo Estado colonial a conquistar as “almas indígenas” e garantir para os portugueses o domínio do território. A relação entre missionários e indígenas não foi muito amistosa, os índios fogem para os autos dos rios para continuarem livres fato este que era favorecido pelo conhecimento da natureza local que lhes davam sempre a possibilidade de fuga.

O exemplo do que afirmou Gonçalves, ao discutir a importância de demarcar o território “Portugal, além do estabelecimento de fortificações militares, buscou na ordem religiosa um sustentáculo para sua política colonial. O próprio nome dado a época de sua fundação á cidade de Belém, forte do Presépio, expressa essa dimensão militar (forte) e religiosa(presépio) do domínio português na Amazônia.Os “decimentos”, como eram chamados os deslocamentos das populações indígenas nos autos cursos dos rios para reuni-las em aldeamentos e missões constituíram-se numa das mais importantes medidas da ocupação da Amazônia portuguesa. Os conflitos entre os colonos portugueses que vieram para Amazônia e essas ordens religiosas eram

freqüentes, pois aqueles desejavam escravizar os nativos e submetê-los a suas atividades na agricultura ou de coleta das chamadas drogas do sertão.

Já a partir de 1750, no governo de Marques de Pombal, tem início uma fase de ocupação e demarcação dos limites da Amazônia empreendida pela colônia portuguesa. Em 1759, os missionários jesuítas são expulsos e uma série de medidas tomadas para ocupar e afirmar o domínio português na Amazônia. Entre elas doação de terras (sesmarias), introdução do trabalho escravo e criação de vilas. A esta se deve a expansão do domínio territorial portugueses aos mais longínquos lugares da Amazônia. Neste período observa-se que a busca por especiarias (drogas do sertão), a riqueza da fauna da flora e dos rios destinados ao mercado europeu provocaram práticas de desmatamento da floresta Amazônica, como também a valorização dos recursos da floresta no mercado europeu, que provocaram conflitos entre as diferentes potências coloniais para afirmação territorial da região.

Ao lado dessa economia extrativista os portugueses também usam a agricultura como forma de ocupação. E dentro do mesmo espaço convivem africanos e índios trabalhando na lavoura e no extrativismo. A relação com os índios foi muito importante para consolidação das fronteiras e a estruturação do poder da coroa Ibérica, pois os índios conheciam o espaço e isso foi ajudou na conquista do território. Neste sentido os indígenas têm papel fundamental na construção da sociedade colonial. Foi pelos rios que se garantiu a conquista da região. O controle estratégico da foz da bacia amazônica por meio da cidade de Belém foi decisivo para o domínio na maior parte da região por Portugal, a dificuldade de ocupação efetiva das terras pela escassez demográfica faz dos rios um elemento do qual os colonizadores se apropriam para controlar o território. Desse modo é possível identificarmos um modelo de ocupação tradicional na Amazônia organizado a partir dos rios. “E até a década de 1960 foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas”. (GONÇALVES,2001,P.34)

Ao fazer um resgate histórico da construção e apropriação do espaço amazônico fazemos uma projeção no passado na lógica espacial que é fundamentalmente contemporânea. Esta lógica se tornou hegemônica no início do século XX. Durante os séculos XVI, XVII, XVIII não existia a idéia de Amazônia, tendo início no século XIX, e não se tinha a dimensão desse espaço.

As reflexões de Tapajós (1895) são muito descritivas atendo-se ao limite do Estado do Amazonas. Em Gonçalves (2001) identifica esses personagens da história da Amazônia seus conflitos e contradições enfrentados para a ocupação e delimitação da Amazônia. O título “Amazônia, Amazônias” nos revela as contradições e conflitos dentro desse espaço. E para entender a historicidade desse território significa, então, compreender suas dinâmicas e particularidades.

Ressaltamos ainda que a obra de Tapajós seja de importantíssimo valor como fonte nos estudos e pesquisas sobre o estabelecimento das fronteiras do Estado do Amazonas e como essas fronteiras foram se consolidando ao longo da história do espaço brasileiro.

Outra grande obra é de Gonçalves que faz um estudo dos sujeitos da história da Amazônia seus conflitos para permanência e domínio dessa espacialidade. Nota-se que mesmo as obras tendo sido escritas em períodos diferentes percebem-se uma estreita relação entre as mesmas no propósito de esclarecer e compreender a complexidade história da formação do território amazônico.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

FACULDADE DE HISTÓRIA

CURSO DE HISTÓRIA INTERVALAR

DISCIPLINA: HISTORIOGRAFIA DA AMAZÔNIA

DOCENTE: FERNANDO ARTHUR FREITAS NEVES

DISCENTE: ROBERTA MARIA G. DA SILVA

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

BELÉM-PARÁ

JANEIRO/2010

BIBLIOGRAFIA

GONÇALVES, Carlos W.Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001

MOREIRA NETO, C.A. Introdução. In: FERREIRA, A.R. Viagem Filosófica ao Rio Negro. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, s/data.

TAPAJÓS, Torquato. Estudos sobre o Amazonas, limites do Estado. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico, 1895.